

# Audiência Pública

## 3º Quadrimestre de 2021

22 de Fevereiro de 2022



# CENÁRIO ECONÔMICO



# Economia está parada e deve continuar assim em 2022, afirma especialista

Apesar de resultado positivo da "prévia do PIB" em novembro e dezembro, houve desaceleração no segundo semestre de 2021

Marcelo Kfoury, professor da FGV, falou à CNN sobre a situação da economia brasileira / CNN/Reprodução

11/02/2022 às 11:10 | Atualizado 11/02/2022 às 11:39

Considerado a prévia do Produto Interno Bruto ([PIB](#)), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central ([IBC-Br](#)) emendou duas altas em novembro e dezembro de 2021, fechando o ano com avanço de 4,5%

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/economia-esta-parada-e-deve-continuar-assim-em-2022-afirma-especialista/>



# Breve Análise Macroeconômica

		Relatório Focus <u>11-02-2022</u>						
Mediana - Agregado		2022						
		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)		5,09	5,44	5,50	▲ (5)	142	5,53	72
PIB Total (variação % sobre ano anterior)		0,29	0,30	0,30	= (2)	100	0,40	39
Câmbio (R\$/US\$)		5,60	5,60	5,58	▼ (1)	116	5,50	51
Selic (% a.a)		11,75	11,75	12,25	▲ (1)	133	12,25	94

(\*) – Comp. Semanal indica o número de semanas em que a tendência tem se verificado

Diferenças: valor real (31-12-2021) em relação a estimativa do Relatório Focus (03-09-2021):

**IPCA:** 10,06% (IBGE final 2021) x 7,58% (Estimativa Focus em 03-09-2021)

**Taxa de câmbio (US\$)**– (R\$ 5,58 - 31-12-2021) x R\$ 5,15 (Estimativa Focus em 03-09-2021 para 31-12-2021)

**Meta Taxa Selic** – 9,25% aa (Real 31-12-2021) x 7,63% aa (Estimativa Focus em 03-09-2021 para 31-12-2021)



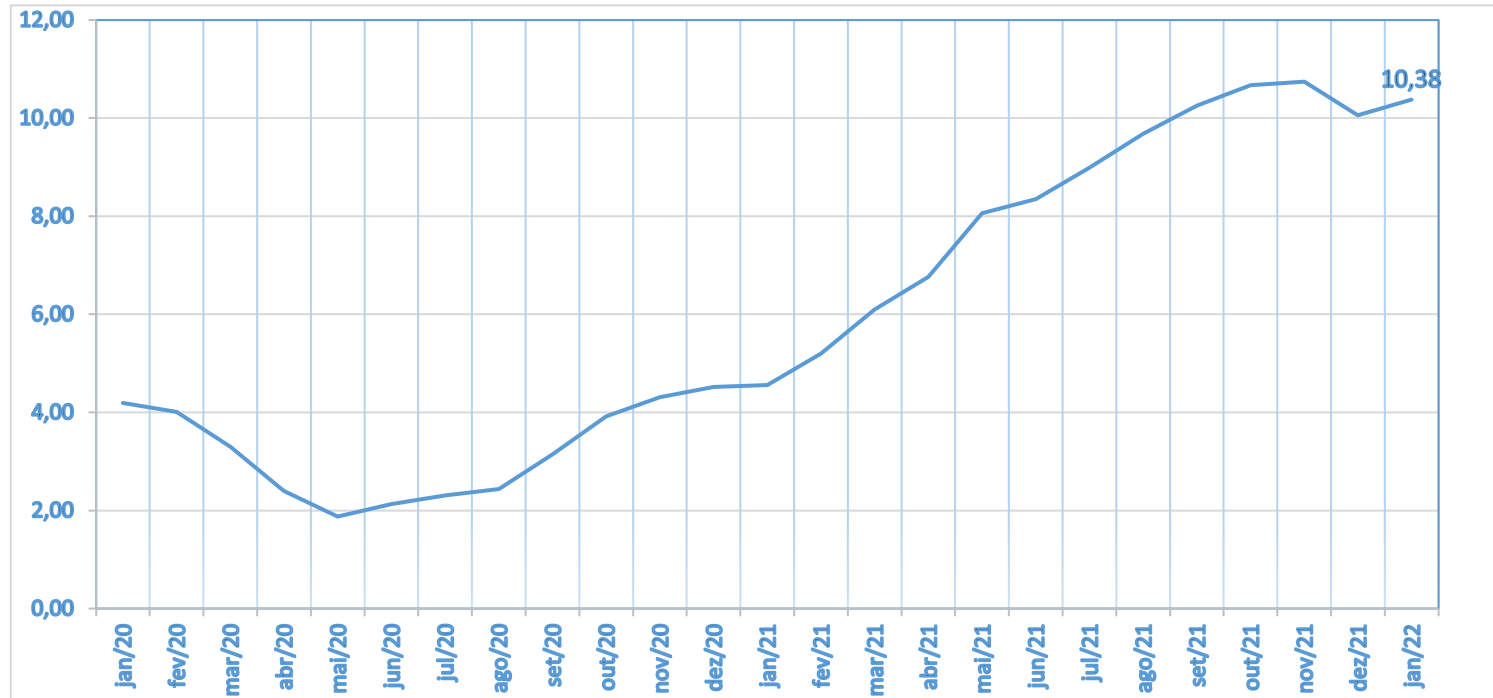
# EXPECTATIVAS MACROECONÔMICAS

1	Banco Central elevando juros para reduzir a inflação → ↓ Atividade econômica
2	FED (Banco Central EUA) elevando juros → ↑ Juros (Brasil)
3	Menor oferta global (matérias primas) → ↑ Inflação + ↑ Juros
4	Ambiente político (ano eleitoral)



# INFLAÇÃO

## IPCA - % ACUMULADO 12 MESES

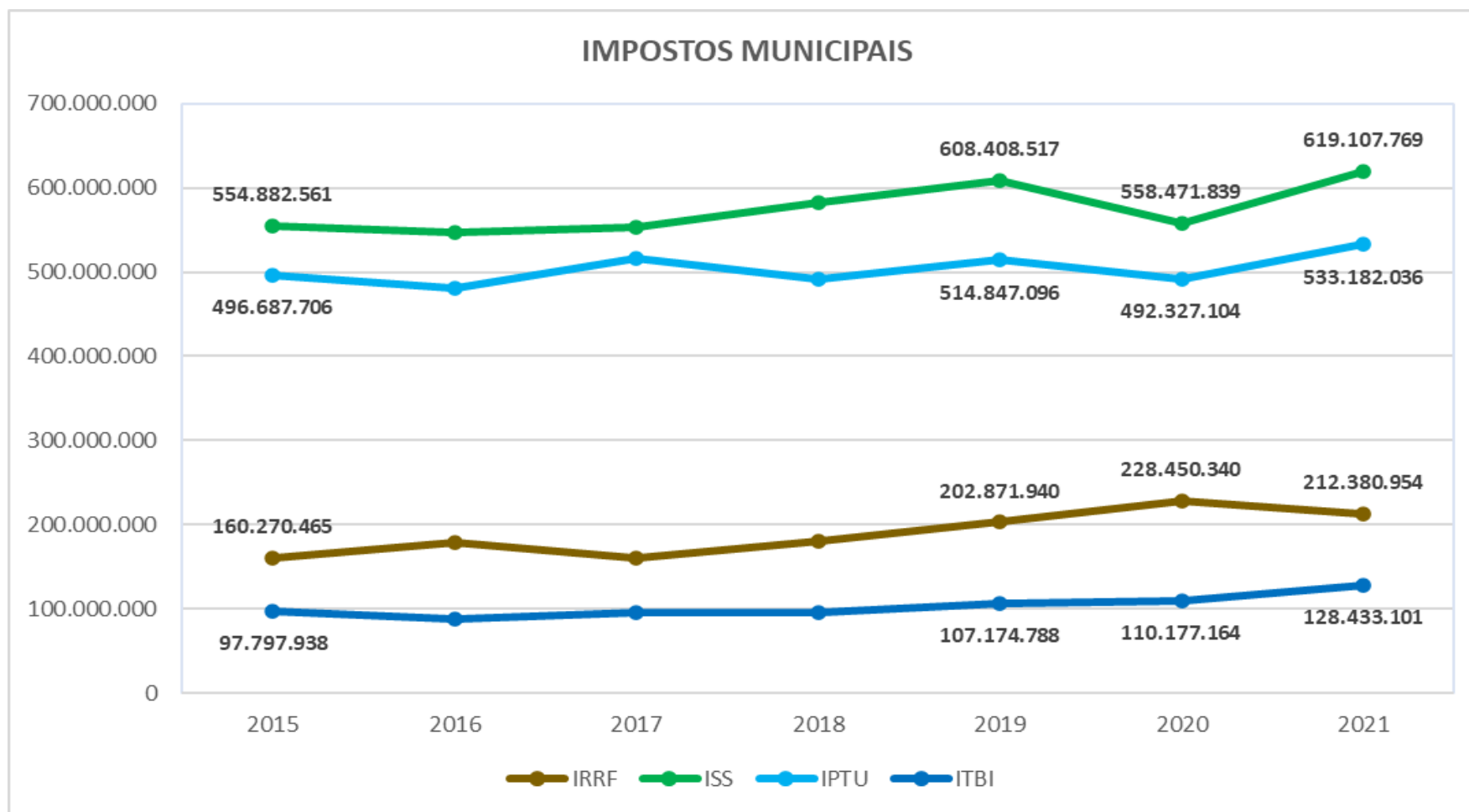


Fonte (Dados):

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>



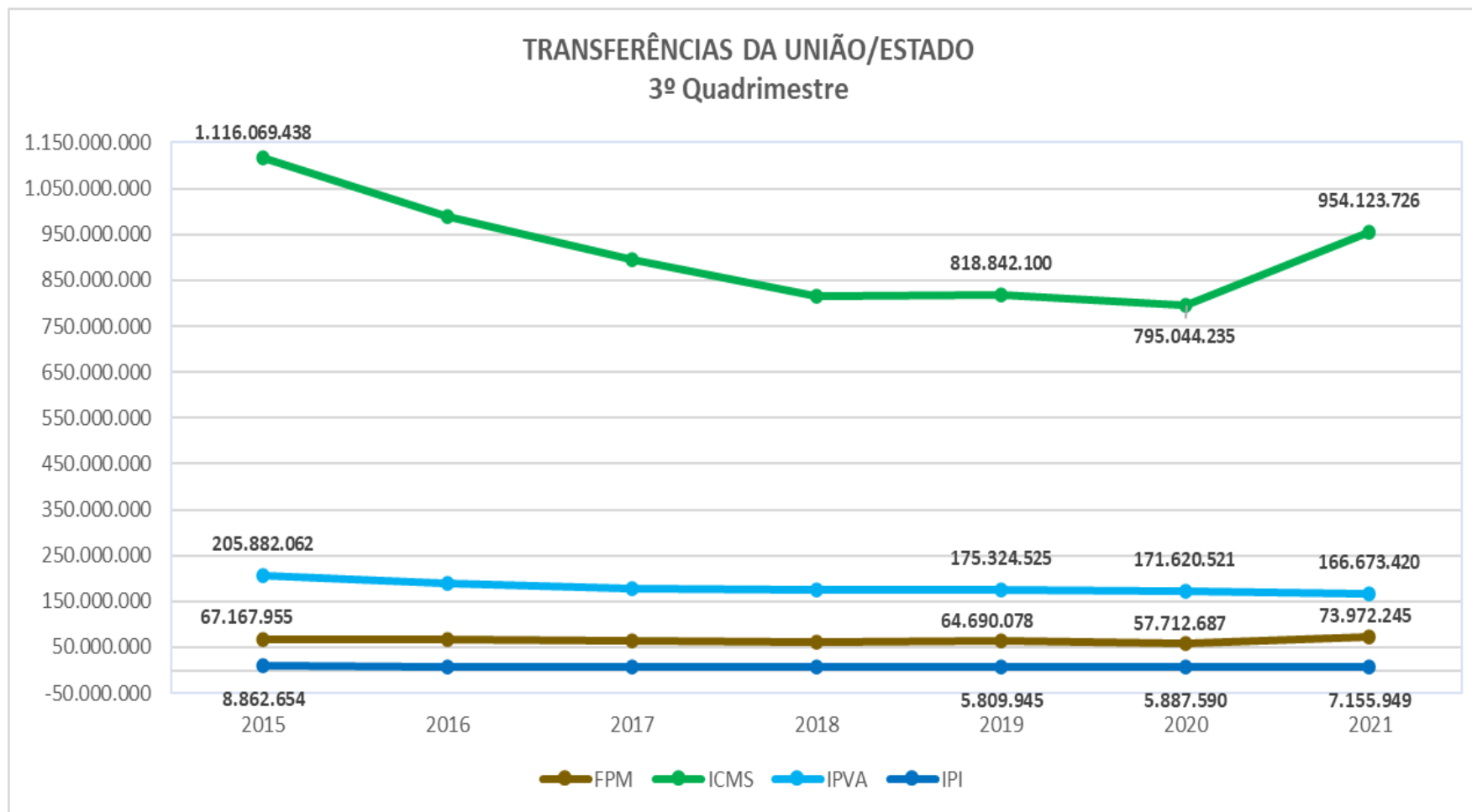
# Impacto Arrecadação da Receita



\* A preços de dezembro de 2021 (IPCA-IBGE), em reais



# Impacto Arrecadação da Receita



\* A preços de dezembro de 2021 (IPCA-IBGE), em reais





# Impacto Econômico da Pandemia em São Bernardo do Campo

## RECURSOS RECEBIDOS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA OCASIONADA PELO COVID-19 EM 2021

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR ARRECADADO (R\$)
DOAÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19	325.034,61
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO DOAÇÕES PARA COVID-19	3.755,58
MULTA POR INFRAÇÃO A DEC21157/20-USO OBRIGATÓRIO MÁSCARA	1.512,18
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS - VINCULADOS	37.633.979,71
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS	89.694.751,54
<b>TOTAL GERAL ARRECADADO</b>	<b>127.659.033,62</b>



## Impacto Econômico da Pandemia em São Bernardo do Campo

<b>DESPESAS GERAIS DA SAÚDE</b>			
<b>2021</b>			
<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Empenhado COVID-19</b>	<b>Empenhado Outras Despesas</b>	<b>Empenhado Total</b>
Tesouro	64.273.204	685.904.404	750.177.608
Transferências Estaduais	38.207.321	70.461.155	108.668.476
Fundos	323.131	6.421.996	6.745.127
Transferências da União	103.271.543	382.922.740	486.194.284
Operação de Crédito	-	24.642.715	24.642.715
<b>TOTAL</b>	<b>206.075.199</b>	<b>1.170.353.011</b>	<b>1.376.428.210</b>



# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## Art. 9º § 4º LRF

“Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.”



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

O RREO é o conjunto de demonstrativos que proporciona amplas informações ao Executivo, Legislativo e à Sociedade sobre a execução orçamentária e sua previsão.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## RECEITA - Administração Direta do Poder Executivo

			R\$	%
	Até o 3º Quad 2020	Até o 3º Quad 2021	Diferença	Variação
<b>Receitas Totais</b>	<b>4.091.169.927</b>	<b>4.600.530.159</b>	<b>509.360.231</b>	<b>12,45%</b>
Receitas Correntes	3.607.429.139	4.172.862.253	565.433.114	15,67%
Receitas de Capital	483.740.789	427.667.906	-56.072.883	-11,59%



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## RECEITA - Administração Direta do Poder Executivo

			R\$	%
	Até o 3º Quad 2020	Até o 3º Quad 2021	Diferença	Varição
<b>Receitas Totais</b>	<b>4.650.640.519</b>	<b>4.825.991.402</b>	<b>175.350.883</b>	<b>3,77%</b>
Receitas Correntes	4.101.495.797	4.388.458.795	286.962.998	7,00%
Receitas de Capital	549.144.722	437.532.607	-111.612.115	-20,32%

A preços de dezembro de 2021 (IPCA-IBGE), em reais

Fonte: Sistema Financeiro

<http://sistemafinanceiro.com.br/login.aspx>





# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DESPESA - Administração Direta do Poder Executivo

			R\$	%
	Até o 3º Quad 2020	Até o 3º Quad 2021	Diferença	Variação
<b>Total das Despesas Empenhadas</b>	<b>3.872.051.550</b>	<b>4.114.159.752</b>	<b>242.108.202</b>	<b>6,25%</b>
Despesas Correntes	3.203.203.862	3.449.862.084	246.658.223	7,70%
Despesas de Capital	668.847.688	664.297.667	-4.550.021	-0,68%



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DESPESA - Administração Direta do Poder Executivo

			R\$	%
	Até o 3º Quad 2020	Até o 3º Quad 2021	Diferença	Varição
<b>Total das Despesas Empenhadas</b>	<b>4.196.372.130</b>	<b>4.122.703.800</b>	<b>-73.668.330</b>	<b>-1,76%</b>
Despesas Correntes	3.518.588.506	3.490.934.733	-27.653.773	-0,79%
Despesas de Capital	677.783.624	631.769.067	-46.014.557	-6,79%

A preços de dezembro de 2021 (IPCA-IBGE), em reais

Fonte: Sistema Financeiro

<http://sistemafinanceiro.com.br/login.aspx>



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/64, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Este balanço também está previsto na LRF, de forma bem mais detalhada.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - Administração Direta do Poder Executivo</b>		
<b>- Até o 3º Quadrimestre 2021 -</b>		
	R\$	%
<b>TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS</b>	<b>4.600.530.159</b>	<b>100%</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>		
Receitas Correntes	4.172.561.979	90,70
Receitas de Capital	427.667.906	9,30
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>		
Receitas Correntes	300.274	-
Receitas de Capital	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>4.114.159.752</b>	<b>100%</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>		
Despesas Correntes	3.197.070.002	77,71
Despesas de Capital	583.187.811	14,18
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>		
Despesas Correntes	252.792.082	6,14
Despesas de Capital	81.109.856	1,97
<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>486.370.407</b>	
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>339.521.818</b>	
<b>Superávit Ajustado</b>	<b>146.848.589</b>	

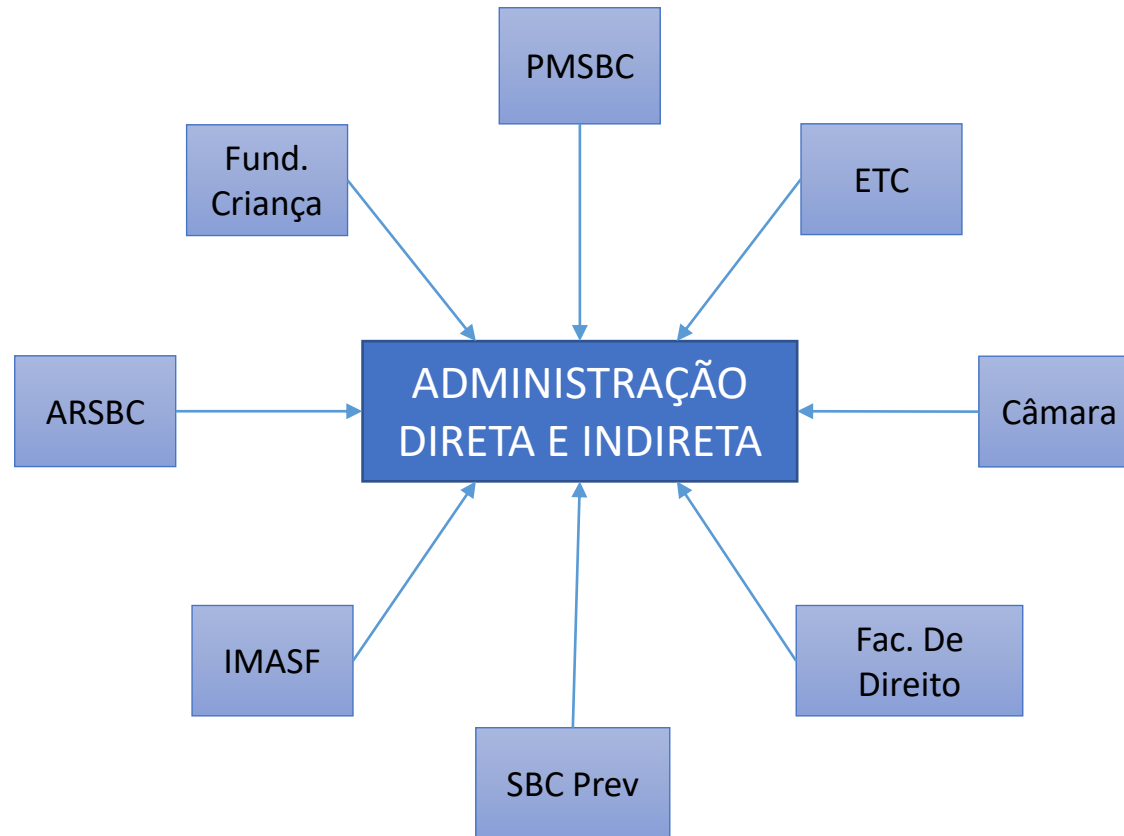


# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2021</b>	
<b>- Até o 3º Quadrimestre</b>	
<b>Órgão Receptor</b>	<b>R\$</b>
<b>CONCEDIDAS</b>	
Agência Reguladora de Serviços Públicos	198.198
Câmara Municipal	80.000.000
Empresa de Transportes	11.100.000
Instituto de Assistência a Saúde - IMASF	9.000.000
Fundação Criança	13.120.000
Instituto de Previdência - SBCPrev	275.026.428
<b>TOTAL</b>	<b>388.444.626</b>
<b>RECEBIDAS</b>	
Câmara Municipal	14.907.289
Instituto de Assistência a Saúde - IMASF	31.955.860
Fundação Criança	2.059.659
<b>TOTAL</b>	<b>48.922.807</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>339.521.818</b>



# Lei de Responsabilidade Fiscal

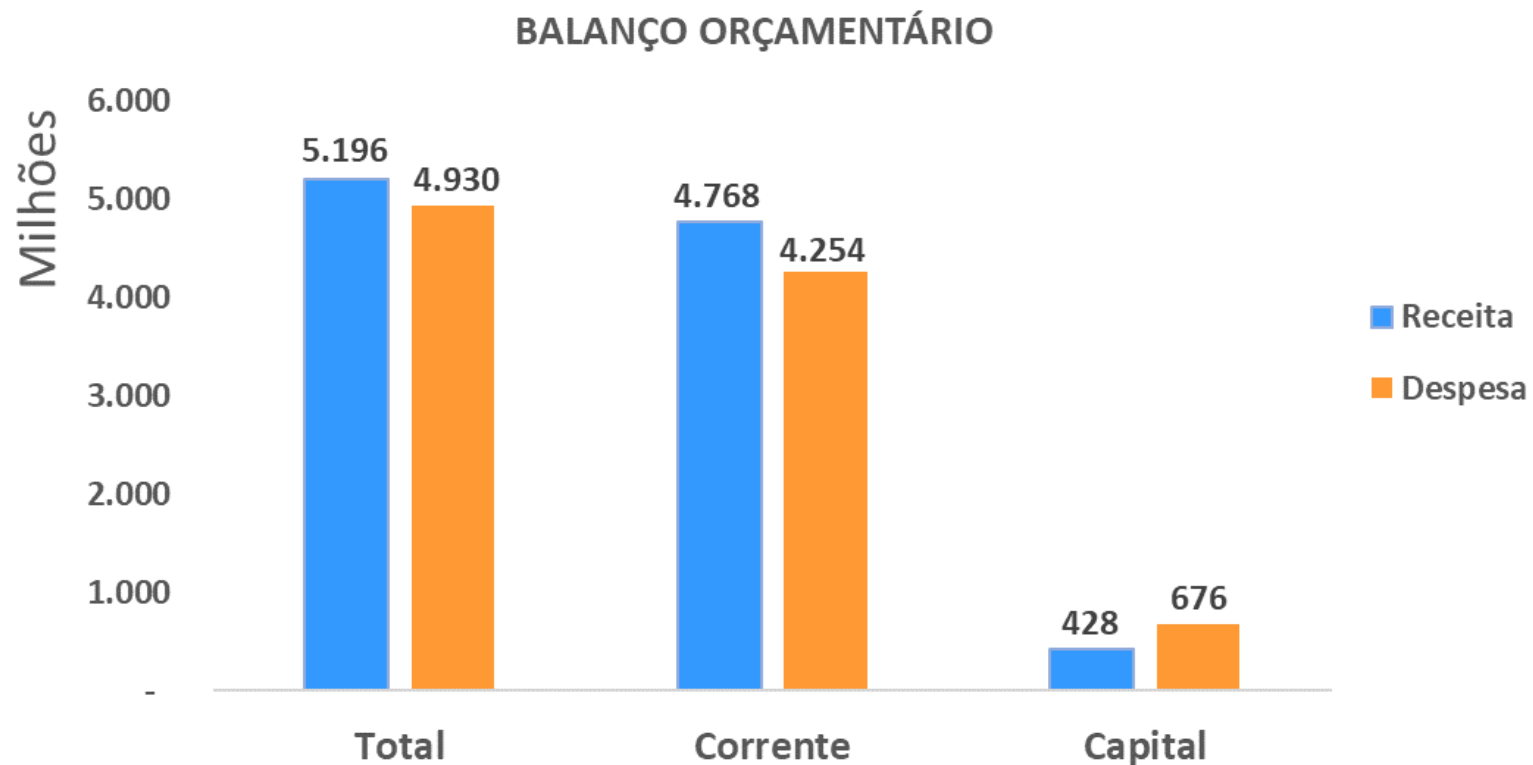


# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021</b>	
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>	
	R\$
<b>TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS</b>	<b>5.195.611.696</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas Correntes	4.427.392.502
Receitas de Capital	427.667.906
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas Correntes	340.551.289
Receitas de Capital	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>4.930.447.396</b>
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	
Despesas Correntes	3.991.252.136
Despesas de Capital	594.913.942
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	
Despesas Correntes	262.935.887
Despesas de Capital	81.345.432
<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>265.164.300</b>



# Lei de Responsabilidade Fiscal





# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Este demonstrativo apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida - RCL, nos meses em referência, sua evolução nos últimos 12 meses e a previsão de seu desempenho no exercício. Serve de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por ARO e das garantias do ente da Federação.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL 2021</b>	
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>	
	R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.712.994.363</b>
Receita Tributária	1.618.888.030
Receita de Contribuições	153.531.476
Receita Patrimonial	50.027.728
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial/Serviços	85.634.597
Transferências Correntes	2.562.789.027
Outras Receitas Correntes	242.123.506
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>449.514.488</b>
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	109.739.889
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	54.172.738
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	285.601.861
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>4.263.479.875</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.056.277
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	4.262.423.598
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	765.726
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL	4.261.657.872



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Este demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS, que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## RECEITAS E DESPESAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA 2021 - Até o 3º Quadrimestre -

				R\$
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Plano Previdenciário	Plano Financeiro	Administrativa - RPPS	TOTAL
Receitas Previdenciárias Realizadas	231.203.911	213.909.937	-	445.113.848
Despesas Previdenciárias Empenhadas	89.790.564	489.513.973	6.277.936	585.582.474
<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>141.413.347</b>	<b>-275.604.036</b>	<b>-6.277.936</b>	<b>-140.468.626</b>
<b>Aportes Financeiros ao RPPS</b>	-	<b>287.879.700</b>	-	<b>287.879.700</b>
<b>Resultado Previdenciário com Aportes</b>	<b>141.413.347</b>	<b>12.275.664</b>	<b>-6.277.936</b>	<b>147.411.075</b>



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>RESULTADO PRIMÁRIO 2021*</b>	
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>	
	R\$
<b>Receita Realizada</b>	<b>4.855.060.408</b>
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>354.293.891</b>
Aplicações Financeiras	40.247.464
Operações de crédito	314.046.426
Alienação de bens	-
Amortização de Empréstimos	-
<b>Total das Receitas Primárias (A)</b>	<b>4.500.766.517</b>
<b>Despesas Pagas</b>	<b>4.388.748.071</b>
<b>(-) Deduções da Despesa</b>	<b>321.351.488</b>
Juros e Encargos da Dívida	98.544.631
Amortização da Dívida	222.806.857
<b>Total das Despesas Primárias (B)</b>	<b>4.067.396.583</b>
<b>Restos a pagar (C)</b>	<b>171.344.944</b>
Restos a pagar processados pagos	20.387.781
Restos a pagar não processados pagos	150.957.163
<b>Resultado Primário = (A) - (B) - (C)</b>	<b>262.024.989</b>

\* Acima da linha



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No exercício, representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>RESULTADO NOMINAL 2021*</b>		
	R\$	
	<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>Saldo do Exercício Atual</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>3.198.491.436</b>	<b>3.894.740.983</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>623.621.399</b>	<b>806.045.041</b>
Disponibilidade de Caixa	608.090.691	790.769.949
Disponibilidade de Caixa Bruta	647.366.029	825.882.606
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	39.275.338	35.112.657
Demais Haveres Financeiros	15.530.708	15.275.091
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>2.574.870.037</b>	<b>3.088.695.942</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>-513.825.905</b>

\* Apuração abaixo da linha





# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Este demonstrativo possibilita o acompanhamento efetivo dos Restos a Pagar por meio da demonstração de valores inscritos, pagos e a pagar.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>RESTOS A PAGAR 2021</b>				
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>				
R\$				
<b>Estágios dos Restos a Pagar</b>				
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>39.367.858</b>	<b>336.345</b>	<b>31.439.476</b>	<b>7.592.037</b>
Poder Executivo	37.494.749	336.345	29.566.367	7.592.037
Poder Legislativo	1.873.109	-	1.873.109	-
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>230.772.061</b>	<b>64.076.103</b>	<b>151.099.514</b>	<b>15.596.443</b>
Poder Executivo	228.277.849	63.414.542	149.266.864	15.596.443
Poder Legislativo	2.494.211	661.561	1.832.651	-
<b>TOTAL</b>	<b>270.139.919</b>	<b>64.412.448</b>	<b>182.538.990</b>	<b>23.188.480</b>
	<b>100,00%</b>	<b>23,84%</b>	<b>67,57%</b>	<b>8,58%</b>



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

- Apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.
- Os municípios aplicarão anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>APURAÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO 2021</b>		
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>		
(Metodologia Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE)		
		R\$
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais		2.852.277.266
	<b>Liquidado</b>	<b>Empenhado</b>
<b>TOTAL APLICADO NO ENSINO (ART. 212 CF)</b>	<b>672.685.521</b>	<b>722.335.781</b>
<b>% de Recursos aplicados em Educação</b>	<b>23,58%</b>	<b>25,32%</b>
<b>FUNDEB</b>		
Recursos recebidos do FUNDEB		458.771.870
Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB		918.918
<b>TOTAL DA RECEITA FUNDEB</b>		<b>459.690.788</b>
<b>TOTAL DA DESPESA FUNDEB 2021 (Empenhada)</b>		<b>443.776.006</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB</b>		<b>96,54%</b>
Despesa FUNDEB com Remuneração dos Profissionais da Educação		352.773.135
APLICAÇÃO na Remuneração dos Profissionais da Educação		76,74%
% Mínimo a Aplicar no exercício (Art. 212-A CF, inciso XI)		70,00%



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

- Apresenta a receita de impostos líquida e as transferências de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Os limites mínimos estão estabelecidos no artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias (convênios) por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e saúde.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## APURAÇÃO DAS DESPESAS COM SAÚDE 2021 - Até o 3º Quadrimestre -

			R\$	%
	DEZEMBRO 2020	DEZEMBRO 2021	DIFERENÇA	VARIAÇÃO
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	2.354.874.681	2.845.010.240	490.135.559	20,81%
<b>DESPESA EMPENHADA - LC 141/2012</b>	<b>581.576.461</b>	<b>742.061.364</b>	<b>160.484.903</b>	<b>27,59%</b>
Despesa mínima com Recursos Próprios – LC 141/2012				
% de Recursos Próprios aplicados em Saúde por Fonte – LC 141/2012	24,69%	26,08%		
% Mínimo a Aplicar no exercício – LC 141/2012	15,00%	15,00%		



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPEAS DE CAPITAL

- Este demonstrativo visa demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro.
- A Regra de Ouro, estabelecida pela Constituição, veda que em cada exercício financeiro o montante das receitas de operações de crédito sejam superiores ao total das despesas de capital.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>APURAÇÃO DA REGRA DE OURO</b>	
	R\$
<b>RECEITAS</b>	<b>REALIZADAS</b>
<b>RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>314.046.426</b>
Operações de Crédito Internas	235.902.470
Operações de Crédito Externas	78.143.956
<b>DESPESAS</b>	<b>EMPENHADAS</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>676.259.373</b>
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte p/ Instituições Financeiras	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)</b>	<b>676.259.373</b>
<b>APURAÇÃO DA REGRA DE OURO</b>	
<b>RESULTADO (III) = (II - I)</b>	<b>362.212.947</b>





# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Este demonstrativo apresenta a receita proveniente da alienação de ativos e a correspondente aplicação dos recursos auferidos.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2021</b>	
	R\$
<b>SALDO EXERCÍCIO 2020</b>	<b>3.571.348</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>REALIZADAS</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>49.145.883</b>
Alienação de Bens Móveis	2.846.711
Alienação de Bens Imóveis	46.198.213
Rendimentos e Aplicações Financeiras	100.960
<b>DESPESAS</b>	<b>EMPENHADAS</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>42.882.133</b>
Despesas de Capital	42.882.133
Investimentos	-
Amortização da Dívida	42.882.133
<b>DESPESAS</b>	<b>PAGAS</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>42.882.133</b>
Despesas de Capital	42.882.133
Investimentos	-
Amortização da Dívida	42.882.133
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	<b>9.835.099</b>



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

O RGF é o instrumento que possibilita assegurar a transparência dos gastos públicos com a observância dos limites fixados pela LRF.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens explicitados na LRF, não cabendo interpretações que extrapolem, os limites legais.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL E APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL - 2021</b>		
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>		
	R\$	% sobre a RCL Ajustada
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>4.263.479.875</b>	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	1.056.277	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF)	765.726	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA</b>	<b>4.261.657.872</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>	<b>1.368.937.836</b>	<b>32,12%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.301.295.251	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL = (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.186.230.488	51,30%
LIMITE DE ALERTA = (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.071.165.726	48,60%



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - COM INCLUSÕES PELA FISCALIZAÇÃO TCE</b>		
	R\$	% sobre a RCL Ajustada
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>	<b>1.368.937.836</b>	<b>32,12%</b>
<b>INCLUSÕES TCE (REF. 2º Quadr. 2021)</b>	<b>553.916.522</b>	<b>13,00%</b>
<b>Fundação do ABC</b>	<b>525.504.308</b>	<b>12,33%</b>
<b>Creches parceiras</b>	<b>24.037.800</b>	<b>0,56%</b>
<b>Honorários Advocatícios</b>	<b>4.374.414</b>	<b>0,10%</b>
<b>DESPESA TOTAL COM INCLUSÕES TCE</b>	<b>1.922.854.358</b>	<b>45,12%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.301.295.251	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL = (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.186.230.488	51,30%
LIMITE DE ALERTA = (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.071.165.726	48,60%



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - 2021</b>		
	R\$	
	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>3.198.491.436</b>	<b>3.894.740.983</b>
Dívida Mobiliária	-	
Dívida Contratual	3.059.931.760	3.751.969.733
Empréstimos	2.561.981.104	2.835.931.808
Empréstimos Internos	855.194.554	1.011.169.699
Empréstimos Externos	1.706.786.550	1.824.762.109
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	497.950.657	916.037.925
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	123.104.747	126.544.700
Outras Dívidas	15.454.929	16.226.550
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>623.621.399</b>	<b>806.045.041</b>
Disponibilidade de Caixa	608.090.691	790.769.949
Disponibilidade de Caixa Bruta	647.366.029	825.882.606
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	39.275.338	35.112.657
Demais Haveres Financeiros	15.530.708	15.275.091
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>2.574.870.037</b>	<b>3.088.695.942</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.719.052.034	4.263.479.875
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	9.610.800	1.056.277
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>3.709.441.235</b>	<b>4.262.423.598</b>
<b>% da DC sobre a RCL AJUSTADA</b>	<b>86,23</b>	<b>91,37</b>
<b>% da DCL sobre a RCL AJUSTADA</b>	<b>69,41</b>	<b>72,46</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	4.451.329.482	5.114.908.318
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	4.006.196.534	4.603.417.486





# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelos entes da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável, e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.



# Lei de Responsabilidade Fiscal

<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO 2021</b>		
<b>- Até o 3º Quadrimestre -</b>		
	R\$	% SOBRE A RCL
<b>Apuração do Cumprimento dos Limites</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.263.479.875	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.056.277	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	4.262.423.598	
Operações Vedadas	-	-
<b>Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite</b>	<b>314.046.426</b>	<b>7,37</b>
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	681.987.776	16,00
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	613.788.998	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	-	-
Limite definido por resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	298.369.652	7,00



# Lei de Responsabilidade Fiscal

## DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

Visa dar transparência ao montante disponível para fins de inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, cujo limite, no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos. Deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

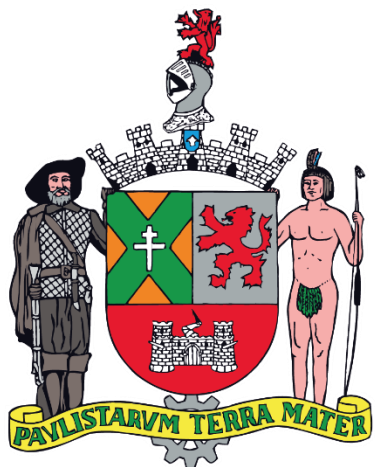


# Lei de Responsabilidade Fiscal

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 2021										
Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira verificada no Consórcio Público	Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em RP não processados do exercício)	RP Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a inscrição em RP não processados do exercício)
		RP Liquidados e Não Pagos		RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
Total dos Recursos Não Vinculados	161.520.114	184.902	9.618.331	10.404.649	58.605.032	-	82.707.201	63.786.578	-	18.920.623
Total dos Recursos Vinculados	694.048.879	8.601.153	16.781.963	4.063.432	112.089.372	-	552.512.959	119.572.299	-	432.940.659
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>855.568.994</b>	<b>8.786.055</b>	<b>26.400.293</b>	<b>14.468.081</b>	<b>170.694.404</b>	<b>-</b>	<b>635.220.159</b>	<b>183.358.877</b>	<b>-</b>	<b>451.861.282</b>

\* RP - Restos a Pagar





# SÃO BERNARDO DO CAMPO

GOVERNO DE ENTREGAS E RESULTADOS

